

277



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des^a Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO Nº: 0319202-9

ÓRGÃO JULGADOR : Terceira Câmara Criminal
COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – 3^a
Vara Criminal

EMBARGANTE : Severino Souza de Araújo
EMBARGADO : Ministério Público de Pernambuco
RELATORA : Des^a Daisy Maria de Andrade Costa
Pereira

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

I – O recurso de embargos de declaração não se presta para o revolvimento das provas carreadas aos autos e, muito menos, para reexame do mérito, sendo cabível apenas quando se verificar no julgado, ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão, nos termos a que alude o art.619, do CPP, o que, no caso, incorre.

II – Embargos rejeitados. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração em Apelação nº 0319202-9**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em rejeitar os embargos declaratórios**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.


Desª Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



278

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desª Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO Nº: 0319202-9

ÓRGÃO JULGADOR : Terceira Câmara Criminal

COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – 3ª
Vara Criminal

EMBARGANTE : Severino Souza de Araújo

EMBARGADO : Ministério Público de Pernambuco

RELATORA : Desª Daisy Maria de Andrade Costa
Pereira

RELATÓRIO

Severino Souza de Araújo, já qualificado nos autos, mediante patrono legalmente habilitado, opôs Embargos Declaratórios contra acórdão prolatado nos autos da Apelação nº 0319202-9, com fim de ser suprida **omissão** nele existente.

É o que me cabia relatar.

Recife, 28 de maio de 2014


Desª Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des^a Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO Nº: 0319202-9

ÓRGÃO JULGADOR : Terceira Câmara Criminal

COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – 3^a
Vara Criminal

EMBARGANTE : Severino Souza de Araújo

EMBARGADO : Ministério Público de Pernambuco

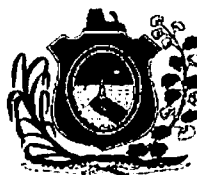
RELATORA : Des^a Daisy Maria de Andrade Costa
Pereira

VOTO

De proêmio, nas contrarrazões aos embargos declaratórios (fls. 265/270), a Procuradoria de Justiça, representada na pessoa de Dr^a Eleonora de Souza Luna, arguiu preliminar de intempestividade do recurso, sob o argumento de terem sido os aclaratórios opostos antes da publicação do acórdão embargado, pleiteando o não conhecimento do recurso. *

Entendo de outra forma. No presente caso, a defesa tomou conhecimento do teor do julgamento por meio do despacho de fls. 239, que corrigiu erro material no acórdão anterior de fls. 218/219, antecipou-se e entrou com o recurso oferecendo suas razões, sendo preciosismo tolher a possibilidade recursal da defesa porque esta se antecipou à publicação do acórdão, não podendo ser punida com o não conhecimento de sua impugnação pela consideração de que a mesma é extemporânea. *

Se a parte embargante interpôs o recurso da decisão que ainda não foi oficialmente veiculada, já assume que tem dela ciência e, portanto, o objetivo da intimação, isto é, da publicação do acórdão já foi atingido, merecendo serem conhecidos os embargos declaratórios.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des^a Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

Nesse sentido entendeu a Seção Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça em julgamento do Agravo Regimental nº 0009717-71.2012.8.17.0000 (0228126-1/02).

O embargante sustenta que essa Câmara Criminal deu parcial provimento ao recurso da defesa, aplicando a causa especial de diminuição do art. 33, §4º, da Lei 11.343/06 e, reconhecendo o preenchimento dos requisitos do art. 33, §2º, alínea "b", fixou o regime semiaberto para o cumprimento da pena (fls. 246/247).

Contudo, alega o embargante que o acórdão não determinou o *quantum* de redução da causa especial de diminuição da pena, acrescentando que a redução deveria ser na fração máxima de 2/3 (dois terços), com a consequente alteração do regime inicial de cumprimento da pena para o aberto, estando evidenciada omissão no acórdão ora embargado.

O acórdão hostilizado está assim ementado (fls.218/219 e 239):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. INOCORRÊNCIA. DESCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO ART. 33, §4º, DA LEI N.º 11.343/06. REDIMENSIONAMENTO DA PENA QUE SE IMPÕE. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I – Havendo provas de que o apelante praticou as condutas de "ter em depósito", "trazer consigo" e "guardar" drogas, descritas no art. 33, caput, da Lei n.º 11.343/06, não se há falar em atipicidade da conduta ou em desclassificação do crime descrito no art. 33, para o delito de ter em depósito para consumo pessoal, previsto no art. 28, ambos da Lei n.º 11.343/06 e, tampouco, em absolvição.



281

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desª Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

II – Considerando que de que somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal pode-se proceder a correção, no caso em apreço, a exasperação da pena-base não se encontra exasperado, face à análise das circunstâncias judiciais não terem sido inteiramente são favoráveis ao acusado.

III – Considerando que o apelante é primário, de bons antecedentes, não se dedica às atividades criminosas nem integra organização criminosa, reconhece-se a causa especial de diminuição da pena, prevista no art. 33, §4º, da Lei n.º 11.343/06.

IV – Preenchendo, o apelante, os requisitos legais constantes do art. 33, §2º, alínea “b”, do CPB, forçoso é concluir pela fixação do regime inicialmente semiaberto para o cumprimento da pena.

V - Apelo provido parcialmente. Decisão unânime.

A questão referente à fixação do *quantum* reduzido pela aplicação da causa especial de diminuição da pena prevista no §4º, do art. 33, da Lei de Tóxico, foi enfrentada no voto da relatora em exercício, nos seguintes termos (fls.224):

*No entanto, considerando que o apelante é primário, de bons antecedentes, não se dedica às atividades criminosas nem integra organização criminosa, reconheço a causa especial de diminuição da pena, prevista no art. 33, §4º, da Lei n.º 11.343/06, para em consequência **proceder a redução de ½ (metade) da pena-base, tornando-a definitiva em 03 (três) anos e 09 (nove) meses de reclusão, mantendo a pena de multa em 700 (setecentos) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, a ser cumprida inicialmente em regime **semiaberto**. (destaquei).***



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des^a Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

Vê-se, pois, que a decisão agravada aplicou o benefício previsto no §4º, do art. 33, da Lei de Tóxico no patamar de $\frac{1}{2}$, dentro do parâmetro permitido legalmente que varia de $\frac{1}{6}$ a $\frac{2}{3}$, por entender que as circunstâncias judiciais não são de todo favoráveis ao embargante, mesmos motivos justificadores da fixação do regime inicial de cumprimento da pena, visando os presentes declaratórios, na verdade, o reexame da matéria meritória, o que é incabível na via eleita, visto que não se verifica omissão, ambigüidade ou contradição no acórdão embargado.

Sobre o tema, a propósito, este Sodalício, assim decidiu:

"PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS RELACIONADOS NO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. MEIO PROCESSUAL IMPRÓPRIO. REJEIÇÃO. DECISÃO UNÂNIME. Somente se justifica o manejo de «embargos» de declaração, com o escopo de expungir do julgamento ambigüidade, obscuridade, contradição ou para suprir omissão, não se prestando para promover a mera reapreciação do julgado. (...) Embargos de declaração rejeitados à unanimidade de votos." (ED nº 143224-6/01, TJPE – 3ª CCrim, julgado em 20/08/2008, publicado no DJ nº 156).

Vale salientar que o julgamento não se resume ao acórdão, que, por óbvio, é uma síntese da matéria julgada, dele fazendo parte os votos e as notas taquigráficas, não se havendo falar em omissão, visto que a matéria foi explicitamente enfrentada no voto da relatoria, conforme acima transcrito.

Isto posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **rejeito** os presentes embargos de declaração.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desª Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

É como voto.

Recife, 28 de 05 2014.


Desª Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora